



Journal homepage:
www.arvore.org.br/seer

PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E TURISMO DE NATUREZA EM ÁREA PROTEGIDA INICIATIVAS E EXPERIÊNCIAS EM CONTEXTO AFRICANO

RESUMO

Numa grande parte dos países africanos, a manutenção das comunidades locais depende de forma direta da disponibilidade ambiental, no que diz respeito à diversidade e abundância, resultando no exercício de uma carga com impactos acrescidos sobre o Ambiente que, em grande medida, são agravados pela ação de outros atores, entre os quais as grandes empresas que exploram e comercializam recursos naturais. Os ecossistemas confrontam-se com um conjunto cada vez mais alargado de fatores de vulnerabilidade que os fragilizam ameaçando a sua sustentabilidade. Face à vulnerabilidade que caracteriza uma parte dos ecossistemas e das espécies, independentemente do reconhecimento internacional do valor intrínseco e da especificidade de muitos dos elementos naturais, tem-se registado um aumento do número de áreas protegidas com diversificação da classificação. Dada a diversidade de particularidades ambientais que caracterizam as Áreas Protegidas, sobretudo no que concerne a elementos de fauna e de flora, que em grande medida são marcados por traços de endemismo, o turismo é entendido como um setor que, nestes contextos, encontra nichos potenciais de desenvolvimento. Em três países africanos - Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau - têm vindo a ser prosseguidas pesquisas com o objetivo de melhor compreender os modelos de articulação do turismo com os espaços protegidos e as comunidades residentes no sentido da criação de linhas de harmonia socioambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo de Natureza; Área Protegida; Preservação Ambiental; Conservação; África.

ENVIRONMENTAL PRESERVATION AND NATURE TOURISM IN PROTECTED AREA INITIATIVES AND EXPERIENCES IN AFRICAN CONTEXT

ABSTRACT

In most African countries, the maintenance of local communities directly depends on environment availability, regarding the diversity and abundance, resulting in the performance of a load with increased impacts on nature that largely are exacerbated by the actions of other actors, including the big companies exploiting natural resources and market. Ecosystems are faced with an increasingly wider range of vulnerability factors that weaken and threaten the sustainability. Given the vulnerability that characterizes part of ecosystems and species, regardless of the international recognition of the intrinsic value and specificity of many natural elements, protected areas has been increased with diversification of the classifications. Due to the diversity of environmental peculiarities that characterize the Protected Areas, particularly in relation to elements of fauna and flora, which are largely marked by traces of endemism, tourism is seen as a sector that, in these contexts, find potential niches development. In three African countries - Cape Verde, Sao Tome and Principe and Guinea-Bissau - researches are being pursued in order to better understand the models of joint tourism with protected spaces and resident communities in the creation of social and environmental harmony lines.

KEYWORDS: Nature Tourism; Protected Area; Environmental Preservation; Conservation; Africa.

Nature and Conservation,
Aquidabã, v.6, n.1, Nov, Dez 2012,
Jan, Fev, Mar, Abr 2013.

ISSN 2318-2881

SECTION: Articles

TOPIC: *Conservação da Natureza*



DOI: 10.6008/ESS2318-2881.2013.001.0001

Brígida João Benedito Farinha da Rocha Brito

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias,
Portugal

<http://www.degois.pt/visualizador/curriculum.jsp?key=6398617966589582>

brigidarochabrito@gmail.com

Received: 30/12/2012

Approved: 11/03/2013

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Referencing this:

BRITO, B.. Preservação ambiental e turismo de natureza em área protegida: iniciativas e experiências em contexto africano. *Nature and Conservation*, Aquidabã, v.6, n.1, p.6-21, 2013. DOI:

<http://dx.doi.org/10.6008/ESS2318-2881.2013.001.0001>

INTRODUÇÃO

O continente africano é dotado tanto de diversidade de ecossistemas - florestal, costeiro, marinho, fluvial, de mangal e desértico - como de vida biológica, sendo comum destacarem-se as espécies de flora e de fauna marcadas por traços de endemismo e que, em muitos casos, sofrem de vulnerabilidades várias em resultado de diferentes ameaças à conservação¹. Por um lado, parecem ser evidentes os riscos ditos naturais, que resultam dos ciclos evolutivos e do desenvolvimento dos próprios ecossistemas; por outro lado, é cada vez mais aceite e assumida a influência, direta e indireta, exercida pela intervenção humana produzindo impactos negativos na natureza. Em contexto africano esta influência tem apresentado tendência para a promoção de desequilíbrios socioambientais agravados face à precariedade dos modos de vida, à limitada capacidade previsional de ocorrências naturais e ainda à insuficiente resposta na resolução de problemas.

Os espaços naturais preservados e a diversidade de vida biológica são apresentados pela literatura de referência (ALMEIDA, 2012; TRIBE, 2003; HAZEBROUCQ, 2003) como relevantes fatores de atração que encerram uma aptidão particular para estimular a motivação turística, principalmente em alguns segmentos que por característica estão orientados para o desenvolvimento de atividades, entre as quais o contacto com a natureza, a contemplação de paisagens e a observação de espécies. Estas atividades propiciam a vivência de experiências únicas e qualificadas de extraordinárias em momentos de lazer. O turismo é contextualizado por elementos diferenciados e, de uma forma geral, a natureza tem sido identificada como um dos principais fatores de enquadramento, já que determina, ou pelo menos condiciona, tanto as tipologias de atividades a promover e a desenvolver como o turista-tipo.

Tendo por referência a importância que os elementos ambientais e paisagísticos revestem para o turismo, optou-se pela centralização da investigação² nas áreas protegidas e, neste quadro, face à especificidade dos elementos de flora e de fauna, o enfoque foi direcionado para as Reservas da Biosfera, classificação atribuída pela UNESCO³ como reconhecimento da importância do património mundial que, neste contexto, assume a dimensão natural. Dadas as particularidades ambientais destas áreas, às quais é atribuído um estatuto de proteção, pelo interesse particular que revestem para o turismo, e pela possibilidade de se promover a manutenção de modelos socioambientais equilibrados com redução e controle de impactos, podem ser definidas como microcosmos de vida. Trata-se de áreas dotadas de: variedade

¹ Os riscos ambientais e as ameaças a espécies endémicas e vulneráveis são largamente apresentados pela comunidade científica com base em resultados de investigações realizadas por equipas interdisciplinares e fundamentados nos dados apresentados anualmente pela União Internacional para a Conservação da Natureza - UICN (cf. <http://www.iucn.org/>, acedido em 18/12/2012) através da Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas (cf. <http://www.iucnredlist.org/>, acedido em 18/12/2012).

² Investigação sob o tema "Turismo em área protegida: o caso de Biosphere Responsible Tourism" prosseguida no Observatório do Turismo, Centro de Pesquisa e Estudos Sociais, Departamento de Turismo, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

³ A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) atribui a classificação de Reserva da Biosfera para determinadas áreas protegidas tendo em consideração o valor patrimonial dos espaços e dos recursos disponíveis, mas também o equilíbrio sócio-ambiental, com o objetivo de valorizar e promover as boas práticas na relação entre a manutenção ambiental, a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável, remetendo para a dimensão humana. Neste contexto, foi criada a *World Network of Biosphere Reserves*, enquadrada pelo Programa *MaB*, Man and Biosphere.

paisagística; multiplicidade de ecossistemas; riqueza e diversidade de vida biológica, sobretudo no que diz respeito a elementos de fauna e de flora, sem esquecer os micro-organismos. As áreas protegidas, e ainda mais as Reservas da Biosfera, são, para diferentes interpretações científicas, definidas como laboratórios vivos que permitem uma interação diferenciada entre os Homens e a Natureza, pelo que a possibilidade de enquadrar alguns segmentos turísticos nestes contextos pareceu particularmente promissora tanto no que concerne à disponibilidade de dados como à avaliação dos efeitos.

A reflexão e os exemplos apresentados ao longo do texto são enquadrados pela investigação em curso no Observatório do Turismo do Centro de Pesquisa e Estudos Sociais da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, sob o tema "Turismo em área protegida: o caso de *Biosphere Responsible Tourism*" que, neste contexto, se centra de forma particular em São Tomé e Príncipe e na Guiné-Bissau. Contudo, alguns dos casos discutidos remetem para outros exemplos (Cabo Verde) que, de forma direta ou indireta, com estes se relacionam, tendo sido analisados em estudos anteriores⁴ e que contribuíram para a definição temática do presente projeto de investigação.

Para a realização do estudo tem sido prosseguida metodologia mista recorrendo-se à conjugação de diferentes técnicas. Por um lado, a revisão da bibliografia a partir da consulta de fontes documentais e bibliográficas orientadas para o turismo de natureza em contexto de área protegida, privilegiando-se o conceito de *Biosphere Responsible Tourism*, apresentado pelo *Global Sustainable Tourism Council*⁵, que procura enquadrar o desenvolvimento da atividade no âmbito da distinção atribuída através da classificação de Reserva da Biosfera feita pela UNESCO⁶. Por outro lado, e de forma associada, a opção metodológica recaiu no estudo de caso comparativo, sendo identificados dois casos em meio africano que permitem estabelecer uma comparação inicial, a ser aprofundada no decurso da investigação por referência a outros casos não africanos: a Reserva da Biosfera de Bolama-Bijagós, na República da Guiné-Bissau, classificada em 1996, e a Reserva da Biosfera da Ilha do Príncipe, na República Democrática de São Tomé e Príncipe, distinguida em 2012. Para a prossecução do estudo de caso comparativo, é privilegiada a combinação das técnicas da entrevista e do inquérito por questionário. As entrevistas foram realizadas com representantes institucionais⁷ que tutelam as áreas do ambiente,

⁴ Este é o caso dos estudos setoriais anteriores realizados no âmbito do projeto de investigação sob o tema "Os impactos do turismo no desenvolvimento comunitário em África: análise de experiências insulares", financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/AFR/69094/2006), sob coordenação de Brígida Rocha Brito e contando com a participação dos investigadores Joaquim Ramos Pinto, Nuno Alarcão, Bastien Loloum e dos bolsistas de investigação Joana Marques, Andreia Duarte e Manuel Tavares. Estes estudos centraram-se no tema geral dos impactos do turismo focados numa abordagem interdisciplinar e interrelacionada, remetendo para abordagens parcelares sobre as questões socioculturais, económicas e ambientais. Os resultados destes estudos foram publicados no livro BRITO, B *et al.* (2010). "Turismo em meio insular africano. Potencialidades, constrangimentos e impactos". Lisboa: Gerpress (199 pp).

⁵ Cf. online <http://www.gstc.org>, acessido em 17/12/2012.

⁶ Para mais detalhes, cf. <http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/biosphere-reserves/>, acessido em 17/12/2012.

⁷ As entrevistas foram realizadas em momentos anteriores sendo o seu tratamento e análise combinado com a informação recolhida através do inquérito por questionário. Neste contexto foram realizadas entrevistas semidiretivas com os responsáveis pela Direção-Geral do Ambiente, Direção das Florestas e Direção de Turismo e Hotelaria da República Democrática de São Tomé e Príncipe; Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas e Direção de Turismo da República da Guiné-Bissau.

com incidência para as áreas protegidas, e o turismo. O inquérito por questionário⁸ será aplicado como técnica principal de recolha de informação junto dos viajantes que já visitaram Reservas da Biosfera, ou que o pretendem fazer no decurso de 2013. O objetivo do estudo é proceder a uma análise comparativa, tanto das potencialidades como das formas de interação entre o turismo, as comunidades locais residentes, os recursos e os espaços considerados para as respectivas classificações.

DISCUSSÃO TEÓRICA

Breves Referências para a Compreensão do Contexto Socioambiental Africano

Em África, a riqueza e a diversidade dos elementos ambientais, bem como a fragilidade dos ecossistemas, agravada tanto por causas naturais como humanas, tem vindo a fomentar o interesse quer da comunidade académica quer dos diferentes atores - públicos, privados e da sociedade civil - que direta ou indiretamente desenvolvem atividade no terreno em prol de uma relação socioambiental equilibrada. Esta atenção tem sido particularmente evidenciada através do reconhecimento local, nacional, regional e internacional da importância - e em determinados casos da urgência - de atribuir estatuto de proteção a áreas e a espécies que, independentemente do motivo, vivem em situação de vulnerabilidade.

A definição de prioridades na atribuição do estatuto de proteção depende, em grande medida, da identificação dos elementos ambientais de caracterização e que são considerados como potenciais pelo seu valor intrínseco mas que, pelas mais diversas razões, são ameaçados no que diz respeito à manutenção do número de indivíduos de cada espécie, seja de fauna ou de flora (UNEP, 2009). Nestes casos, é considerado existir uma real necessidade de criação e implementação de ações conjugadas de conservação, preferencialmente articuladas em projetos e programas estruturados, com o objetivo de alcançar níveis de sustentabilidade. Em particular no caso do continente africano, as zonas às quais é identificada a prioridade de urgência são as que combinam dois fatores principais: em primeiro lugar, as áreas ricas em biodiversidade de fauna e de flora, endemismo e variedade de ecossistemas, com destaque para os florestais e para os costeiros e marinhos, que revestem interesse especial; em segundo lugar, as regiões que sofrem de forma agravada os impactos da intervenção humana, seja por via de exploração de recursos - vivos ou inertes - ou da promoção sistemática de alterações nos ecossistemas.

Procurando legitimar a seleção de áreas a distinguir com estatuto de proteção por meio da formalização com classificação adequada, bem como a prossecução de ações de preservação de espaços e de conservação de espécies, tem vindo a ser produzida e aplicada, de forma variável, e dependendo dos casos, legislação de enquadramento, reguladora das atividades humanas ora

⁸ Dado o faseamento da investigação, o inquérito por questionário será aplicado *online* em abril de 2013 com uma duração de 30 dias de forma a viabilizar a análise até ao início do 2º semestre do ano, sendo os resultados do estudo divulgados até dezembro de 2013 com edição em livro.

locais, porque centradas na utilização de recursos para consumo, transformação e comercialização; ora externas, como é o caso das atividades desenvolvidas no âmbito do turismo. Contudo, na generalidade do continente africano, o processo legislativo de enquadramento e regulação da problemática ambiental permanece moroso, mesmo no que diz respeito à regulamentação das áreas protegidas, ou a proteger. Neste contexto, entre os países que sustentam a análise, Cabo Verde⁹ é o que apresenta maior sustentabilidade legislativa¹⁰ com enquadramento das áreas protegidas, incluindo as atividades socioeconômicas que representam o garante do rendimento das famílias. São Tomé e Príncipe¹¹ e a Guiné-Bissau¹² dispõem de documentos legais para as áreas protegidas, se bem que requeiram ainda maior adequabilidade em função das alterações contextuais, nomeadamente em resultado das classificações de Reservas da Biosfera.

Numa grande parte do continente africano, em particular nos espaços insulares e em regiões que se caracterizam pela fragilidade ambiental, a pressão exercida sobre a natureza é hoje vulgarmente atribuída à conjugação de uma multiplicidade de formas de atuação e que resultam no exercício de uma carga acrescida sobre os recursos. Neste contexto, são consideradas três formas principais de atuação, identificadas e definidas em estudos anteriores¹³ como potencialmente produtoras de impactos negativos agravados: 1) a ação das empresas ou corporações, nacionais ou estrangeiras; 2) a relação de dependência que as comunidades locais têm vindo a estabelecer com os recursos naturais e que se tem mantido ao longo de gerações; 3) e a atividade turística¹⁴ que, apesar de ser ainda incipiente por comparação a outras regiões do Mundo, tem sido objeto de interesse com incremento ao nível da procura¹⁵.

⁹ No caso de Cabo Verde, desde a independência, a produção legislativa tem sido regular e no que diz respeito ao Ambiente, são evidenciadas preocupações sobretudo a partir da década de 90 do século XX. São exemplos de documentos legais que valorizam e promovem o enquadramento socioambiental: a Lei nº 86/IV/93, de 26 de julho, que define as bases da Política do Ambiente; a Portaria nº 3/2006, de 23 de janeiro, que define o funcionamento do Comitê de Gestão e Seguimento do Segundo Plano de Ação para o Ambiente; os Decretos Regulamentares nº 40/2003, de 27 de setembro, 19/2007, de 31 de dezembro, 10/2007, de 3 de setembro e 20/2010, de 19 de abril que aprovam a delimitação dos Parques Naturais e Reservas; as Resoluções nº 40 e 41/2008 que aprovam os Planos de Gestão dos Parques; a Resolução nº 72/2010 que aprova o Plano Nacional para a Conservação de Tartarugas Marinhas.

¹⁰ Por sustentabilidade legislativa entendemos a capacidade revelada pelos Estados de criar e rever legislação adequada em função das necessidades e de fazer cumprir a lei de forma regular e contínua. No que diz respeito aos problemas socioambientais vividos em contexto africano, esta capacidade é diferenciada em função do país, sendo particularmente evidenciada pela produção legislativa, nomeadamente no que concerne à adaptabilidade dos documentos legislativos face à antiguidade *versus* atualidade das leis, especificidade temática dos documentos e mecanismos de fiscalização.

¹¹ Em São Tomé e Príncipe, a Lei de Base do Ambiente data de 1999 (Lei nº 10/1999) e a criação dos Parques Naturais Obô da ilha de São Tomé (Lei nº 6/2006, de 2 de agosto) e da ilha do Príncipe (Lei nº 7/2006, de 2 de agosto) de 2006. Em termos temáticos, existe outra legislação ambiental, a Lei de Conservação da Fauna, Flora e das Áreas Protegidas (Lei nº 11/1999, de 31 de dezembro) e a Lei das Florestas (Lei nº 5/2001).

¹² Na Guiné-Bissau, apesar de abundante, a legislação ambiental é marcada pela antiguidade, tendo sido criada e aprovada entre as décadas de 80 e 90 do século XX sem que houvesse revisão e atualização dos documentos legais com um caráter regular. São exemplos a Lei Quadro do Ambiente, o Regulamento sobre as florestas comunitárias, o Decreto-Lei sobre as Áreas Protegidas, a Lei Florestal e o regulamento da Caça.

¹³ No que diz respeito aos efeitos da intervenção humana no ambiente, cf. Brito, Brígida (2012). "Ecossistemas e Segurança no Golfo da Guiné: riscos ou desafios ambientais", comunicação apresentada na Conferência de Luanda sobre a Paz e Segurança no Golfo da Guiné, Painel "O ecossistema da região do Golfo da Guiné como parte do seu ambiente de segurança", Comissão do Golfo da Guiné e Ministério das Relações Exteriores do Governo da República de Angola, disponível online em http://www.psgg.info/wp-content/uploads/2012/12/RiscosEcossistema-BRIGIDA-BRITO_8.pdf (acedido em 18/12/2012) ou em <http://www.slideshare.net/brigidabrito/brigida-rocha-brito-ppt-final> (acedido em 17/12/2012).

¹⁴ No projeto de investigação em curso no Observatório do Turismo, Centro de Pesquisa e Estudos Sociais da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, que enquadra esta comunicação, intitulado "Turismo em área protegida: o caso de *Biosphere Responsible Tourism*", são cruzados os níveis do turismo com o ambiente e a atuação das comunidades locais.

¹⁵ De acordo com os dados disponibilizados pela Organização Mundial do Turismo em *World Tourism Barometer* (2012), a taxa de crescimento entre janeiro e agosto de 2012 por referência a igual período de 2011 foi de 4%, sendo de destacar que a média do continente africano foi de 6% e a da África subsahariana idêntica ao valor médio mundial (cf. <http://mkt.unwto.org/es/publication/panorama-omt-del-turismo-internacional-edicion2012>, acedido em 22/12/2012).

As grandes empresas, tanto nacionais como estrangeiras, estão particularmente vocacionadas para a extração, transformação e comercialização de recursos naturais numa perspectiva tendente para o economicismo¹⁶, sendo motivadas pela possibilidade de rentabilizar os investimentos realizados com custos reduzidos e relativamente controlados. Paralelamente, não demonstram atender de forma regular e sistemática aos problemas gerados pelos impactos negativos que resultam de uma parte dos processos produtivos, nomeadamente o extrativo e o transformador, complementados pelo transporte internacional de larga escala. Em África, estes casos podem ser facilmente relacionados com as grandes empresas que exploram, entre outros recursos, o petróleo, o gás natural, minerais vários, tais como o ouro, os diamantes, a bauxite e o ferro, e ainda as empresas madeireiras¹⁷ que se dedicam ao comércio de madeiras nobres (COAKLEY, 2002). Estas atividades, além de se fundamentarem na utilização excessiva de recursos naturais, muitas vezes com um carácter indiferenciado no que diz respeito à especificidade dos elementos recolhidos, transformados e comercializados, promovem a emergência de situações de *stress* ambiental e de escassez, representando um contributo para incrementar os riscos e as vulnerabilidades no que concerne à manutenção sustentável dos ecossistemas.

Paralelamente à atividade das empresas, as comunidades locais africanas continuam a manter modelos de vida centrados na estreita dependência em relação à natureza, como forma de garantir a sobrevivência e assegurar a aquisição de rendimento familiar, utilizando com regularidade recursos vivos e inertes de forma indiferenciada e não planeada¹⁸. Estas ações que resultam em sobreutilização e sobreconsumo não evidenciam preocupação relativamente aos fatores endêmicos ou aos riscos de esgotabilidade com os quais algumas espécies se confrontam. Estes continuam a ser modelos tradicionais de vida, fortemente marcados pela preponderância de sistemas simbólicos e de representações socioculturais do ambiente, majoritariamente orientados por princípios utilitaristas e centrados em prioridades imediatistas. Em África, a ancestralidade das práticas socioculturais tende a ser reforçada pelo costume no que diz respeito ao uso tradicional dos recursos seguindo conhecimentos partilhados e transmitidos através da tradição oral, geração após geração. Estas situações tendem a ser mais evidenciadas nas zonas rurais, caracteristicamente isoladas pelo distanciamento em relação aos principais centros urbanos, e nas regiões insulares¹⁹ que, pelo contexto que as define e caracteriza, condicionam as estratégias

¹⁶ A interpretação economicista é referida de forma alusiva à sobrevalorização dos princípios econômicos que conjugam investimentos, custos, produtividade e lucro na ótica da rentabilização, sem atenderem de forma prioritária para outros fatores como os sociais e os ambientais.

¹⁷ Cf. Brito, Brígida (2012). "Ecossistemas e Segurança no Golfo da Guiné: riscos ou desafios ambientais", comunicação apresentada na Conferência de Luanda sobre a Paz e Segurança no Golfo da Guiné, http://www.psgg.info/wp-content/uploads/2012/12/RiscosEcossistema-BRIGIDA-BRITO_8.pdf (acedido em 18/12/2012).

¹⁸ Para mais detalhes, consulte Brito, Brígida (2009). *Educação ambiental, representações socioculturais e conservação de espécies ameaçadas em meio insular africano*. In Brito, B. (coord) "Desenvolvimento comunitário, das teorias às práticas. Turismo, Ambiente e Práticas Educativas em São Tomé e Príncipe". Lisboa: Gerpress, pp. 156-168.

¹⁹ Para mais detalhes, consulte Brito, Brígida (2012). "Fragilidades socioambientais e potencialidades insulares face às alterações climáticas" in *Resumos, Seminário Internacional Alterações Climáticas e suas repercussões socioambientais*. Aveiro: Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental (NEREA), ISBN: 978-989-97980-0-7, disponível em: http://climatechangestp2012.weebly.com/uploads/1/0/7/6/10764709/livro_de_resumos.pdf (acedido em 18/12/2012) e em http://issuu.com/brigidarochabrito/docs/painel_i_01_brigidarochabritobrb

de sobrevivência e de manutenção familiar, incluindo as formas de aquisição de rendimento (BRITO, 2012).

A atividade turística é vulgarmente considerada vantajosa para a promoção do desenvolvimento²⁰ de longo prazo tanto pelo dinamismo que lhe é atribuído como pela capacidade de relacionar culturas estimulando o reforço identitário e a valorização dos elementos tradicionais. Em muitos casos, a promoção dos fatores ambientais através do incremento da atividade turística, tem resultado de forma inversa ao esperado, já que a interpretação utilitarista tem prevalecido. Neste sentido, percebe-se que, em muitas situações, as características paisagísticas, os elementos de fauna e de flora - em particular aqueles aos quais são reconhecidos atributos de exotismo, raridade ou diferenciação - e as áreas protegidas têm vindo a ser entendidos pelos diferentes atores envolvidos como meros fatores de atração que viabilizam a captação de novos fluxos de visitantes. Estas práticas tendem, uma vez mais, para o economicismo não favorecendo um enquadramento socioambiental equilibrado e imediato, em resultado do não reconhecimento dos atributos intrínsecos da natureza. Assim, a atividade turística requer um planeamento prospectivo de avaliação de forma a garantir que os impactos decorrentes podem ser controlados, ou pelo menos minimizados, através da inclusão de ações que contribuam para a preservação ambiental e para a conservação de espécies.

De forma complementar aos três fatores apresentados, uma grande parte do continente africano, com destaque para os espaços insulares, parece sofrer de isolamento no que diz respeito a "novos olhares", a interpretações alternativas e a modelos enquadrados do ponto de vista socioambiental. A perspetivação do turismo como instrumento que viabiliza a promoção de equidade e equilíbrio socioambientais parece evidenciar fragilidades várias, nomeadamente no que concerne à estruturação, ao planeamento, à implementação de atividades e às ações de *marketing*.

O turismo é assim um setor que, apesar de evidenciar um significativo crescimento em contexto subsahariano²¹, se revela ainda numa fase inicial e pouco sustentada. Podendo parecer contraditória, esta situação pode ser entendida como uma mais valia. Na verdade, sendo um setor em desenvolvimento que acolhe atenção, mas que não obteve ainda os resultados desejados, o enquadramento socioambiental da maioria do território africano permanece preservado pela reduzida exploração e limitado consumo de paisagens, espaços e recursos. A apetência para as ações conservacionistas é assim estimulada representando uma motivação acrescida para os adeptos dos segmentos de natureza, ecológico e até socialmente integrado²².

²⁰ O conceito de desenvolvimento é entendido de forma abrangente como um processo contínuo, equacionado com a noção de bem-estar e de melhoria das condições de vida e de trabalho das populações, potenciando oportunidades correspondendo aos princípios de equidade e justiça. Sendo uma atividade promotora de encontro de culturas, o turismo é potencializador de intercâmbios e de mudanças.

²¹ A Organização Mundial do Turismo indica que entre 2000 e 2007 a taxa de crescimento médio para o continente africano foi de 6.9%, sendo superior à média mundial (4.1%), continuando a ser ultrapassada pelo Médio Oriente que registrou um incremento de 10% e pela Ásia e Pacífico com uma valorização de 7.8%. Para mais detalhes, consulte UNWTO. Panorama OMT do turismo internacional. Consultado [online] em 14/12/2012), 2012 <http://mkt.unwto.org>

²² Tanto os estudos anteriores realizados nos cinco países africanos lusófonos como a investigação que agora está em curso têm permitido perceber que as iniciativas ecoturísticas e socialmente enquadradas são promovidas e desenvolvidas por diferentes atores, entre os quais se destacam as organizações da sociedade civil - Organizações Não Governamentais, Associações Locais e

A análise prosseguida até ao momento no âmbito da investigação permite perceber que, em grande medida, em algumas regiões africanas, nomeadamente nos contextos insulares estudados, a relação entre o turismo, as comunidades locais e o enquadramento ambiental resulta da combinação de um conjunto de fatores, entre os quais os físico-geográficos. Esta conjugação parece ter um duplo sentido, pelo que requer uma atenção redobrada por parte dos intervenientes²³ na promoção e dinamização das iniciativas e atividades associadas, nos pressupostos considerados tanto para o planeamento como para a avaliação dos impactos socioambientais. Por um lado, estes fatores contribuem para a preservação tanto dos ecossistemas naturais como do contexto sociocultural caracterizado pela tradição e ancestralidade anteriormente enunciados. Por outro lado, favorecem a perpetuação da distância promovendo um certo fechamento de perspectivas no que concerne à valorização ambiental por parte dos diferentes atores, fomentando a manutenção das representações socioculturais tradicionais das comunidades residentes na envolvimento dos projetos e que contribuem para incrementar as ameaças à sustentabilidade.

Turismo em Áreas Protegidas: Criando Harmonias Socioambientais

Apesar da crise que se tem vivido a nível mundial, durante a primeira década do século XXI, o turismo continua a ser um dos setores de atividade que, ao longo do tempo, tem evidenciado maior sustentabilidade, registrando taxas contínuas de crescimento. Esta ideia é reforçada por uma leitura atenta dos indicadores disponibilizados pela Organização Mundial do Turismo (UNWTO, 2012) que confirmam que nas últimas seis décadas, o setor foi objeto de uma expansão continuada que, em parte, é o reflexo da proliferação dos destinos de viagens, da diversificação das práticas turísticas e de lazer e da multiplicação das oportunidades.

No decurso da segunda metade do século XX, o turismo passou a ser identificado com um dos ícones da prosperidade e do bem-estar, sendo considerado como a chave para o desenvolvimento. Segundo o *Tourism Highlights* (UNWTO, 2012), em todo o Mundo e em média, as chegadas internacionais de turistas cresceram 4,6% em 2011, atingindo 983 milhões de viajantes. É interessante perceber que os destinos convencionais, nomeadamente os países europeus e a América do Norte, foram os que, ao longo do tempo, registraram taxas de crescimento mais elevadas e rápidas, mantendo ainda uma posição de destaque a nível mundial, não evidenciando saturação (UNWTO, 2012). Alguns dos destinos que em determinada altura acolheram grande atenção por parte da procura internacional sofreram quebras recentes, nomeadamente os países do Médio Oriente (-8%) e do norte de África (-9%). Este decréscimo pode ser justificado pelos acontecimentos que fazem parte da História recente destas regiões,

de base comunitária. Contudo, dependendo dos casos também existem casos promovidos pela iniciativa privada, tanto nacional como estrangeira, e, de forma pontual e menos expressiva, experiências que resultam do empreendedorismo.

²³ A otimização da relação entre a atividade turística, a promoção do desenvolvimento comunitário e a preservação ambiental é uma preocupação que atualmente é atribuída de forma indiferenciada a todos os atores envolvidos, a saber: os promotores e dinamizadores das iniciativas; os operadores turísticos e agentes de viagens; os representantes institucionais do Estado que regulam e tutelam os setores do turismo e do ambiente; as populações locais; e o turista ou viajante.

nomeadamente a instabilidade sociopolítica, o fato de serem países que vivem em regimes de transição marcados pela incerteza e os efeitos decorrentes da onda de manifestações, protestos e revoltas no quadro da primavera Árabe. De forma oposta, registram-se casos de valorização turística com crescimento contínuo (UNWTO, 2012), mesmo que nem sempre intenso ou com picos acentuados, como são os casos das economias emergentes (+5%), destacando-se o sudeste Asiático (+8%), a América Central (+7%), a América do Sul e África (+6% em cada uma das regiões). Estas são zonas tendencialmente apelativas tanto pelos elementos de caracterização ambiental como sociocultural, reforçados pelo caráter ainda relativamente pouco conhecido dos destinos, sobretudo quando comparados com outras regiões do Mundo.

No que concerne ao continente africano, em particular para todas as sub-regiões da África Subsahariana (UNWTO, 2012), o fluxo de turistas estrangeiros não só não decaiu como tem vindo a apresentar um reforço (+7%) na representatividade face a outras regiões, traduzindo-se em crescimento. A este setor é reconhecido um atributo de potenciar a harmonização intercultural, ao estimular a tolerância e o respeito pelas diferenças, sendo vulgarmente definido como a indústria da Paz, já que promove um encontro de culturas positivo e construtivo, reduzindo a possibilidade de ocorrerem processos de aculturação (ALARCÃO, 2010; PÉREZ, 2009), ou mesmo choques de valores ou de padrões de conduta e comportamento.

Em grande medida, os destinos turísticos africanos caracterizam-se tanto pelo exotismo e genuinidade sociocultural como pela existência de espaços preservados, definidos por paisagens densas e dotados de diversidade de vida biológica (BRITO, 2010a e c). A conciliação entre os elementos culturais tradicionais e as particularidades ambientais reverte a favor do turismo africano, representando uma mais valia, já que o diferencia de todos os outros no Mundo. É consensual considerar o turismo como uma das atividades que promove de forma eficaz e valoriza a ancestralidade, os conhecimentos tradicionais e as práticas que, geração após geração, criam e reforçam identidades (PÉREZ, 2009; ALARCÃO, 2009; BRITO, 2010a). O turismo representa assim um instrumento de promoção da aprendizagem informal por via do contacto direto com novas realidades e modelos de organização social diferenciados.

No que diz respeito à problemática ambiental, os espaços e as espécies de flora e de fauna, além de contextualizarem as atividades, são concebidos como fatores de atração que desencadeiam motivações, estimulam os sentidos e promovem a vontade de contactar diretamente com elementos da natureza (ALMEIDA, 2012). O apelo aos sentidos define as práticas em contexto ambiental, já que todas as atividades estão orientadas para a apreciação das cores, das formas e dos movimentos, dos cheiros e dos sons que, por característica, transformam os momentos do turismo e das viagens em consumo de paisagens e de espaços ao favorecerem a ideia do bem-estar, tanto físico como psíquico ou emocional. Este é um dos contextos que melhor facilita o usufruto das vivências e experiências sentidas na primeira pessoa, tendencialmente idealizadas como únicas, excepcionais e extraordinárias (ALMEIDA, 2012). No caso do continente

africano²⁴, é comum considerar-se que face aos elementos naturais e paisagísticos que caracterizam as regiões - diversidade, abundância e intensidade de ecossistemas e de espécies - revestem interesse particular para o turismo.

Além da valorização cultural e ambiental, o turismo reveste ainda uma dimensão econômica de grande importância, visto ser um dos principais setores de atividade ao qual se atribui e reconhece dinamismo pela exemplar capacidade de mobilização de recursos. Para os locais de destino, o setor representa uma mais-valia pelo acréscimo de possibilidades e oportunidades na aquisição de rendimento e retenção de poupanças; para os investidores é entendido como uma opção que permite a rentabilização de recursos viabilizando o investimento efetuado; para os viajantes é perspectivado na otimização da relação qualidade-preço.

Independentemente da forma de abordagem e dos atores considerados, é consensual considerar-se que a problemática do turismo, desde o planejamento das atividades até à avaliação dos impactos, tende a ser orientada para o conceito de sustentabilidade²⁵, o que implica a adoção de uma perspectiva sistêmica fundamentada na articulação entre as diferentes dimensões que a constituem. "O desenvolvimento sustentável está fortemente associado à necessidade de gerir com visão de futuro os recursos naturais e a qualidade ambiental, mas o seu conceito é mais amplo e compreende uma dimensão econômica, social e ambiental" (ABRANJA, 2009, p.18). A formulação do conceito²⁶ deu origem à vulgarização da expressão sustentabilidade, particularmente divulgada pelo Relatório Brundtland, "O nosso futuro comum" (*Our common future*), da responsabilidade da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, sob coordenação de Gro Harlem Brundtland. A abordagem do processo de mudança adquiriu contornos mistos e conjugados entre diferentes dimensões, nomeadamente a econômica, a ambiental, a social e cultural, a política e participativa. O desenvolvimento sustentável é sim apresentado como a "procura de satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, o que significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitat naturais" (COMISSÃO BRUNDTLAND, 1987).

²⁴ A nível mundial, e em termos de dimensões, o continente africano é o terceiro maior, com uma superfície de 30.310.000 Km², sendo caracterizado pela diversidade de elementos paisagísticos e de ecossistemas: desértico quente; florestal; costeiro; marinho; e montanhoso frio.

²⁵ A orientação para a sustentabilidade não significa que os resultados e os impactos decorrentes sejam inteiramente "sustentáveis" com integração de todos os indicadores numa perspectiva de longo prazo. O objetivo principal é a promoção de mudanças coerentes, articuladas e positivas mas a ideia da sustentabilidade é aqui concebida na proximidade conceptual do desenvolvimento, ou seja, entendida como um processo em construção permanente, longo, moroso e crítico. Para mais detalhes, consulte Brito, B., coord (2009). *Desenvolvimento comunitário, das teorias às práticas. Turismo, Ambiente e Práticas Educativas em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Gerpress (407pp), ISBN: 978-989-96094-0-2; ou ainda Brito, B (coord) (2010). *Abrindo trilhos tecendo redes. Reflexões e experiências de desenvolvimento local em contexto lusófono*. Lisboa: Gerpress (189pp), ISBN: 978-989-96094-2-6.

²⁶ O conceito de Desenvolvimento Sustentável foi inspirado pelo anteriormente formulado Ecodesenvolvimento, na sequência da Conferência de Estocolmo, ou das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em 1972. Esta concessão inovadora deveu-se a Maurice Strong ao propor a conjugação entre os princípios económicos e a valorização ecológica, sendo adotada e defendida por Ignacy Sachs no decurso da década de 80.

Na conceitualização do desenvolvimento sustentável são apresentadas várias ideias que se inter-relacionam (BRITO, 2012; AMARO, 2009) e das quais é relevante destacar duas para esta análise: a) o processo de mudança é entendido a partir de uma abordagem integrada e sistêmica; b) o desenvolvimento tem uma dimensão temporal de continuidade dos efeitos implicando equacionar tanto o presente como o futuro. De acordo com McIntosh (2002, p.360), a sustentabilidade na ótica do turismo centra-se no reconhecimento e no reforço de identidades socioculturais, nas ações desenvolvidas com o objetivo da preservação de espaços e/ou da conservação de espécies e ainda na promoção da rentabilidade econômica.

Os estudos²⁷ que têm vindo a ser prosseguidos ao longo do tempo (1999-2012) permitem perceber que, em África, o enquadramento bem sucedido do turismo na perspectiva da sustentabilidade, interligando as dimensões social, cultural, econômica e ambiental, tende a ser mais evidente em contexto de área protegida, independentemente de se tratar de territórios continentais, insulares ou mistos. Dados os elementos que as caracterizam, as áreas protegidas encerram potencialidades próprias que favorecem o desenvolvimento de atividades enquadradas por tempos de lazer. Neste contexto, o turismo é concebido como um instrumento suscetível de promover a manutenção de espaços e a conservação de espécies. Na verdade, o turismo e as áreas protegidas passam a ser entendidos como duas vertentes da mesma problemática, pelo que interdependentes.

As áreas protegidas são definidas pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) como “uma superfície de terra e/ou mar especialmente consagrada à proteção e manutenção da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e património cultural associados, e gerida através de meios legais, ou outros eficazes”²⁸. Sendo internacionalmente aceites, as categorias tipológicas de áreas com estatuto de proteção são variáveis em função dos países, sendo habitual considerar-se as Reservas da Biosfera, as Reservas Naturais, os Parques Nacionais, os Parques Naturais e as Zonas Ecológicas. Face à diferenciação de elementos de caracterização de cada uma, que permitem distingui-las, no estudo têm sido enquadradas todas as áreas protegidas com particular incidência para os Parques Naturais, por serem mais comuns nos países africanos incluídos na análise, e as Reservas da Biosfera, pela especificidade que encerram, bem como pelo valor patrimonial reconhecido a nível internacional.

Dado que a classificação de áreas geográficas e a definição do estatuto de proteção, na maioria dos casos, não impede a coexistência de comunidades locais residentes, a principal preocupação para a gestão destas áreas territoriais parece estar centrada na criação de

²⁷ Neste contexto, destacam-se, entre outras ações, as investigações prosseguidas: entre 2006 e 2011 no âmbito do Pós Doutoramento sobre o tema "Desenvolvimento Local Sustentável em contexto insular africano: da Educação Ambiental à Mudança Social Comunitária", financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD/22114/2005), Centro de Estudos Africano, ISCTE-IUL; entre 2007 e 2009 com a realização de diagnósticos e planeamento de atividades para a implementação de projetos de turismo ecológico e socialmente responsável na Guiné-Bissau, promovidos por Organizações da Sociedade Civil (Instituto Marquês de Vale Flôr; Ação para o Desenvolvimento; e Artissal) e financiados pela União Europeia; entre 2007 e 2010 com a avaliação dos "Impactos do turismo no desenvolvimento comunitário em contexto insular africano" (Cabo Verde e São Tomé e Príncipe), estudo financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/AFR/69094/2006); entre 1999, Centro de Estudos Africanos, ISCTE-IUL e 2004 com o a investigação desenvolvida no âmbito do Programa de Doutoramento em Estudos Africanos com tese sobre o tema "Turismo ecológico: uma via para o desenvolvimento sustentável em São Tomé e Príncipe" (ISCTE, Portugal).

²⁸ Cf. <http://www.iucn.org>, acedido em 10/12/2012)

estratégias harmônicas e equilibradas entre os objetivos das ações de preservação ambiental e a manutenção socioeconômica das famílias. A investigação que sustenta o artigo²⁹ tem sido centrada na compreensão destes processos já que, em grande medida, este é o fio condutor do estudo. Nos países africanos que têm vindo a ser objeto de análise (cf. nota 27) - São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau (com referências a Cabo Verde) - as comunidades habitam, e/ou utilizam de forma intensiva, uma parte das áreas delimitadas e classificadas com estatuto de proteção, ressaltando situações díspares no que diz respeito aos impactos da inter-relação socioambiental, que inclui também a atividade turística. Assim:

1. as representações sociais das comunidades locais sobre o ambiente são variáveis em função dos casos analisados³⁰ resultando em processos diferenciados de manutenção de áreas e de conservação de espécies promovendo, sempre que os desequilíbrios surjam, a implementação e o desenvolvimento de ações de sensibilização mais ou menos formalizadas. As ações de Educação Ambiental seguem os princípios da sensibilização, informação e formação, podendo ser formalizados ou informais e promovidas por agentes diferenciados que incluem entidades públicas, privadas e da sociedade civil. Neste contexto, o turismo tende a ser perspectivado como um veículo indireto de promoção de novas consciências ambientais por via do contacto intercultural entre viajantes e comunidades locais;

2. em São Tomé e Príncipe (e também em Cabo Verde) as ações de educação ambiental são perspectivadas como metodologias estratégicas necessárias e que requerem uma maior capacidade de intervenção junto dos diferentes atores envolvidos³¹. No caso da Guiné-Bissau, apesar da estreita dependência humana em relação à disponibilidade de recursos naturais, os modelos socioambientais tradicionais evidenciam maior capacidade de integração, sendo alguns dos espaços beneficiados por ações de reabilitação encetadas pela população local e algumas espécies espontaneamente preservadas em resultado de representações comunitárias ancestrais³² que tendem a um reconhecimento do valor intrínseco da natureza;

²⁹ A investigação é orientada pelo tema "Turismo em área protegida: o caso de *Biosphere Responsible Tourism*" que, conforme anteriormente referenciado, decorre até ao final de 2013.

³⁰ Os resultados obtidos bem como as conclusões apresentadas resultaram de processos de investigação conforme especificado na nota 27 e que, do ponto de vista metodológico seguiram metodologia mista com recurso às técnicas de inquérito por questionário, entrevista e observação direta que implicaram incursão no terreno para prosseguir com as pesquisas. Destas investigações resultaram diferentes produtos, entre os quais apresentação pública em encontros científicos, artigos e livros, com destaque para: Brito, B (2007). *Estudo das potencialidades e dos constrangimentos do ecoturismo na região de Tombali*. Projeto U'Anan, Lisboa: Instituto Marquês de Vale Flôr e Ação para o Desenvolvimento, ONG-PVD/2004/095-097, (103pp); Brito, B (2009). *Potencialidades e constrangimentos do turismo socialmente responsável na região de Biombo*. Projeto OntunLan N'do Botôr, Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flôr e Artissal, DCI-NSA/2008/168-752, (128pp); Brito, B, coord (2010). *Turismo em meio insular africano. Potencialidades, constrangimentos e impactos*. PTDC/AFR/69094/2006, Lisboa: Gerpress (199pp).

³¹ Todas as especificações sobre os estudos desenvolvidos pela autora, ou por ela coordenados, que têm permitido extrair as conclusões apresentadas podem ser consultadas nas notas 19, 25, 27, 29 e 30.

³² São exemplos da conservação espontânea de algumas espécies por influência de fatores culturais ancestrais a tartaruga marinha nas ilhas de João Vieira e Poilão no sul da Guiné-Bissau e o hipopótamo em Bolama, Reserva da Biosfera dos Bijagós.

3. nos casos de São Tomé e Príncipe e da Guiné-Bissau, apesar das múltiplas potencialidades naturais e culturais, o turismo parece ser ainda uma realidade residual e pouco expressiva³³, o que, em certo sentido, tem favorecido o equilíbrio socioambiental. No caso de Cabo Verde³⁴, a atividade turística é variável em função das ilhas consideradas, permitindo antever pressões acrescidas em alguns dos espaços insulares, nomeadamente os que sofrem de maior aridez mas que são mais favoráveis ao segmento heliotrópico, e, por outro lado, uma maior integração socioambiental nos espaços insulares menos procurados.

Visto ser enquadrado pela natureza, o turismo em área protegida requer a adoção de comportamentos adequados, respeitando limites e favorecendo a preservação dos *habitat* e a conservação de espécies. Dado que nem sempre se verifica articulação entre os objetivos implícitos da conservação e as atividades turísticas, tem vindo a ser defendida a adoção de códigos éticos de conduta facilitadores da regulação comportamental dos diferentes atores envolvidos: promotores das iniciativas; visitantes; e comunidades residentes. O turismo em área protegida é assim enquadrado por princípios éticos, de responsabilização e respeito, que dão origem à valorização dos espaços, das paisagens e das espécies, aos quais é atribuído e reconhecido um valor intrínseco. A interação entre todos os atores e o ambiente não é imediata ou direta requerendo uma harmonização no sentido da otimização dos benefícios para todos.

À atividade turística é reconhecido o atributo de gerar benefícios económicos que propiciam a retenção de rendimentos e mais valias a nível local. Quando concebido a partir de um centramento em segmentos enquadrados pelas comunidades locais e pelo contexto natural (turismo responsável, turismo solidário, turismo de natureza e ecoturismo) o setor é entendido como integrador de diferentes dimensões e gerador de uma multiplicidade de benefícios. Por um lado, os contactos interculturais entre o turista e as populações residentes permitem reforçar identidades locais e valorizar as práticas culturais tradicionais e os sistemas simbólicos ancestrais. Por outro lado, contribuem para criar e reconstruir representações sociais do ambiente, promovendo a adaptação de modelos de produção e consumo, tendencialmente depredadores, aos objetivos conservacionistas que estão implícitos na gestão das áreas protegidas. Nos casos em análise, é perceptível o esforço para promover articulação entre a atividade turística e as ações de conservação da natureza e são vários os exemplos que se podem enumerar, tanto em contexto florestal como costeiro ou marinho, enquadrados por áreas protegidas diferenciadas e

³³ Apesar das inúmeras potencialidades naturais e culturais, o arquipélago de São Tomé e Príncipe tem sido definido como um destino turístico periférico (Brito, 2010a), situação confirmada pela recente valorização do setor, que apenas foi objeto de atenção por parte dos responsáveis pela tutela a partir de 2000, altura em que foi iniciada a preparação do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo. Paralelamente, o número de turistas estrangeiros que visitaram o país não ultrapassou os 15.454 em 2005. Dado o contexto vivido na Guiné-Bissau (Brito, 2009), fortemente marcado por instabilidade sociopolítica que degenera em crises com possibilidade de emergência de violência, o turismo no país e em particular no arquipélago dos Bijagós tem sofrido de bloqueios. Apesar da preocupação institucional com a produção de documentos legais de enquadramento (Fundo de Turismo, Regime jurídico da atividade turística, hoteleira e similar, o reconhecimento do Mérito turístico), o número de entradas de turistas estrangeiros foi apenas de 15.593 em 2007.

³⁴ O turismo no arquipélago de Cabo Verde começou a ser perspectivado como estratégico na década de 80 do século XX, situação evidenciada tanto pelos sucessivos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) como pela legislação de enquadramento do setor, como ainda pelo número de chegadas de turistas estrangeiros que, em 2008, foi de 333.354 (Brito, 2010a). De acordo com o Observatório do Turismo de Cabo Verde (2010), 94,7% do fluxo turístico era orientado apenas para quatro das dez ilhas, nomeadamente Sal, Boavista, Santiago e São Vicente.

que, como referido anteriormente, se centram nos Parques Naturais, nas Zonas Ecológicas e nas Reservas da Biosfera.

Um dos exemplos centra-se nas ações de conservação de uma espécie comum aos casos que têm sido objeto de análise³⁵, as tartarugas marinhas, e que procurando um enquadramento mais adequado, são conciliadas com iniciativas turísticas. Em São Tomé e Príncipe, as espécies de tartarugas que circulam pelas águas territoriais ou que regressam às praias para desovar são frequentemente, e de forma ancestral, objeto de captura para consumo de carne e ovos, transformação de carapaça em artesanato e respectiva comercialização. Estas ações, que resultam numa carga excessiva sobre espécies às quais foi atribuído estatuto de ameaça ou risco pela IUCN, são particularmente desenvolvidas pelas comunidades locais que atribuem a estes animais uma fonte regular de rendimento, sendo comum encontrar famílias cuja única fonte de rendimento advém da captura, transformação e comercialização³⁶. Enquanto espécie migratória ameaçada, a tartaruga marinha tem sido objeto de atenção internacional e, a nível local, têm sido promovidas iniciativas conservacionistas complementadas por atividades turísticas (alojamento em ecoresorts, visitas, observação, monitoramento) que têm acolhido interesse por parte da procura internacional.

O caso das tartarugas marinhas é facilmente extrapolado para os cetáceos (baleias e golfinhos), também presentes nas águas territoriais dos países analisados, que têm acolhido a atenção mundial, exteriorizada tanto por iniciativas conservacionistas, estimuladas pela investigação científica, como por projetos turísticos, percebendo-se nestes contextos a ótima harmonização de ações tendo em conta um objetivo definido como comum. Neste caso, a agressão comunitária intencional é tendencialmente menor, ocorrendo de forma mais regular quando da existência de capturas acidentais.

Em contexto florestal, os exemplos multiplicam-se e são mais evidentes, se bem que de forma particular em função dos casos considerados, já que as espécies comuns são menos frequentes. Assim, o interesse recai nas aves, nos símios, ou ainda nos grandes mamíferos. Nestes casos, poderá existir uma particularização caso a caso, já que algumas espécies são comuns mas outras apenas referenciadas em determinados contextos, pelo que inexistentes noutros. São os casos de símios como os chimpanzés (*pan troglodytes*) ou os colobos (*colobus*); os grandes ungulados como os hipopótamos (*hippopotamidae*); os grandes mamíferos como a impala (*epyceros melampus*) e a onça ou leopardo (*panthera onca*), que existem na Guiné-Bissau mas não em São Tomé e Príncipe.

Nos países estudados, os projetos turísticos de vocação conservacionista, apesar de emergentes, são já reconhecidos a nível nacional, regional e internacional, estando algumas

³⁵ Apesar de já ter sido referido anteriormente, a presente investigação está a ser prosseguida, dando continuidade a estudos anteriormente desenvolvidos sobre temáticas congêneres.

³⁶ As famílias de tartarugueiros tendem a uma especialização que resulta da identificação de segmentos de pesca, produção artesanal e venda de artesanato. É comum encontrar-se um pescador que captura tartaruga casado com uma vendedeira de carne e ovos (*palaiê*), que vive e trabalha com um irmão ou cunhado, cuja principal atividade é transformar carapaça de tartaruga e produzir peças de artesanato, para serem vendidas pelos filhos e sobrinhos. Para além destas atividades que resultam numa aquisição contínua de rendimento familiar, os ovos e a carne são fonte alimentar garantindo a subsistência e a manutenção de todos os membros da família.

iniciativas a preparar o processo de certificação que resultará na formalização das preocupações em relação à articulação socioambiental com valorização dos espaços e dos recursos na expectativa da sua manutenção. Em África, a certificação turística com reconhecimento internacional parece ser mais comum em contexto de Reserva da Biosfera do que em Área Protegida classificada a nível nacional. Este é o caso da recém classificada Ilha do Príncipe, em São Tomé e Príncipe, que procura responder aos requisitos da certificação turística no Bom Bom Island Resort.

REFERÊNCIAS

- ABRANJA, N.; ALMEIDA, I.. Turismo e sustentabilidade. **Cogitur, Journal of Tourism Studies**, Lisboa, 2009.
- ALARCÃO, N. et al.. Turismo, culturas tradicionais e identidades em São Tomé e Príncipe. In: BRITO, B.. **Desenvolvimento comunitário: das teorias às práticas**. Lisboa: Gerpress, 2010.
- ALMEIDA, P.; ARAÚJO, S.. **Introdução à gestão de animação turística**. Lisboa: Lidel, 2012.
- AMARO, R. R.. O papel dos atores e das comunidades locais nos processos de desenvolvimento. In: BRITO, B.. **Desenvolvimento comunitário: das teorias às práticas**. Lisboa: Gerpress, 2009.
- BRICKER, K.; BALCK, R.; COTTRELL, S.. **Sustainable tourism and the millennium development goals**. The International Ecotourism Society, 2012.
- BRITO, B.. As estratégias das organizações portuguesas da sociedade civil no domínio ambiental. **JANUS.NET e-journal of International Relations**, v. 3, n.1, 2012.
- BRITO, B. et al.. **Turismo em meio insular africano: potencialidades, constrangimentos e impactos**. Lisboa: Gerpress, 2010a.
- BRITO, B.. **Abrindo trilhos, tecendo redes: reflexões e experiências de desenvolvimento local em contexto lusófono**. Lisboa: Gerpress, 2010b
- BRITO, B.. Ecoturismo em áreas protegidas africanas: exemplos de práticas bem sucedidas. In: CEIDA. **Manual para Gestão de Áreas Protegidas**. Corunha: CEIDA, 2010c.
- BRITO, B.. Áreas protegidas em África. **Janus**, Lisboa, 2010d.
- BRITO, B.. **Potencialidades e constrangimentos do turismo socialmente responsável na região de Biombo, Guiné-Bissau**. Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flor e Artissal, 2009.
- BRITO, B.. **Estudo das potencialidades e dos constrangimento do ecoturismo na região de Tombali, Guiné-Bissau**. Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flor e Ação para o Desenvolvimento, 2008.
- COAKLEY, G.. **The mineral industries of Africa**. US Geological Survey Yearbook, 2002.
- COMISSÃO MUNDIAL DO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO. **O Nosso Futuro Comum**. Lisboa: Milibérica Liber, 1987.
- HAZEBROUCQ, J.. **Management dos projetos de turismo e de lazer**. Lisboa: Piaget, 2003.
- IUCN. **As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza?: oportunidades e limitações**. Gland: IUCN, 2006.
- McINTOSH, R. et al.. **Tourism: principles, practices and philosophies**. New York: John Wiley and Sons, 2002.

OBSERVATÓRIO DO TURISMO DE CABO VERDE. **Estatísticas de Turismo** , 2010.

OMT. **El turismo internacional mantera su pujanza a pesar de la incertitude económica**. PR nº 12067, 5 Nov, Organização Mundial do Turismo, 2012.

OMT. **Código ético mundial para o turismo**. Madrid: Organização Mundial do Turismo, 2004.

PÉREZ, X. P.. Turismo cultural: uma visão antropológica. **Pasos, Revista de Turismo y Património Cultural**, n.2, 2009.

SANDLER, R.. **The ethics of species**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

TRIBE, J.. **Economia do lazer e do turismo**. São Paulo: Manole, 2003.

UNEP. **Millennium development goals**: indicator 26: protected areas report. World Conservation Monitoring Centre, 2007.

UNEP. **Data structure of the world data base on Protected Areas (WDPA)**. Annual Release, 2009.

UNWTO. **World Tourism Barometer**. Madrid: UNWTO, 2012.

UNWTO. **Tourism and the millennium development goals**. Madrid: UNWTO, 2010.

UNWTO. **Panorama OMT del turismo internacional**. Madrid: UNWTO, 2012.

UNWTO. **Tourism highlights**. Madrid: UNWTO, 2012 .